



Racializando a Questão: mídia e racismo no Brasil¹

Ricardo CABRAL²

Fernanda FONSECA³

Mohammed ELHAJJI⁴

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Este trabalho trata das relações de poder social aplicadas às questões raciais. Tomando a mídia como um importante sistema de mediação, estudamos os discursos racistas que aparecem no contexto da comunicação. Nesse sentido, após uma discussão sobre o conceito de “raça” e um breve histórico sobre o racismo no Brasil, avaliamos – a partir da metodologia de análise discursiva proposta por Teun A. van Dijk – a representação da identidade negra na novela “Fina Estampa”, que foi ao ar na Rede Globo em 2011.

Palavras-chave

Mídia; discurso; identidade; racismo; telenovela.

1. Introdução

É recorrente, em situações que vão de conversas informais a seminários acadêmicos, o discurso da superação do racismo no Brasil. Foi a partir dessa constatação que resolvemos investigar a existência do preconceito racial em nossa sociedade, especialmente nas diversas formas de representações sociais da identidade negra.

Isso porque acreditamos que a possibilidade de manipulação da representação é uma forma de poder simbólico, que se dá por meios discursivos e caminha lado a lado à realidade objetiva em que se insere a sociedade. Como explica van Dijk (2008), o racismo é composto por um subsistema social, constituído por práticas de discriminação, e também um subsistema cognitivo, para o qual o discurso desempenha papel fundamental. Segundo ele, “as ideologias e os preconceitos étnicos não são inatos e não se desenvolvem espontaneamente na interação étnica. Eles são adquiridos e

¹ Trabalho apresentado no Intercom Junior 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Jornalismo da ECO/UFRJ, email: ricardocp@ufrj.br.

³ Estudante de Graduação 4º. semestre da Escola de Serviço Social da UFRJ, email: fernandafonseca009@gmail.com.

⁴ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social da ECO/UFRJ, email: mohahajji@gmail.com.



aprendidos, e isso normalmente ocorre através da comunicação, ou seja, através da escrita e da fala” (2008, 135).

O autor afirma que boa parte de nossas ideologias são formadas discursivamente – daí, então, a importância da análise do discurso para o entendimento das relações de poder social. Nesse sentido, “o discurso não é analisado apenas como um objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (2008, 12).

Por isso, traçamos como caminho analisar a representação dessas relações raciais em “Fina Estampa”, uma novela – produto midiático de forte destaque no contexto brasileiro – que foi ao ar pela Rede Globo em 2011. Nosso método é o mesmo proposto por van Dijk e analisa, principalmente, dois elementos propostos pelo autor (2008, 137): os *tópicos* (“selecionar ou enfatizar tópicos positivos para Nós (...), e negativos para Eles”) e os *esquemas* (“presença ou ausência de categorias esquemáticas padronizadas – tais como uma resolução em um esquema narrativo (...) –, com o propósito de enfatizar as Nossas boas coisas e as coisas más Deles”).

Mas o que é raça, afinal? Há estudiosos que refutam a priori a necessidade de se discutir o racismo já que o conceito de raça cientificamente não existe. Isso é verdade, mas não significa dizer que tal discurso não apareça, no entrecurso das relações sociais, como um sistema de hierarquização de indivíduos. Daí a necessidade de estudar o tema.

Para entender o porquê da importância de pensarmos o racismo, iniciamos com uma análise dos argumentos que embasam o mito da democracia racial brasileira, seguida da exposição de estudos e estatísticas que tratam da realidade socioeconômica da população negra no Brasil. Em seguida, fazemos um resgate histórico do racismo no país, passando pelos tempos do escravismo e do momento pós-abolição, quando há uma cientificação do racismo nas teorias raciais.

Enfim, tomamos a mídia como um sistema de mediação e, para pensar a representação do negro nos meios de comunicação, fazemos uma análise de “Fina Estampa”, a novela das nove da Rede Globo que foi ao ar no final de agosto de 2011.

2. O conceito de raça

Inúmeros são os estudos científicos que já decretaram a invalidade do conceito de raça para a Biologia. Guimarães (2003), por exemplo, demonstrou que uma dada população humana possui mais diferenças internas que externas, o que significa que as



variações genéticas que existem dentro de uma mesma população africana podem ser maiores do que suas diferenças em relação a uma população europeia. Além disso, os estudos científicos de Parra et al. (2003), por sua vez, comprovam que os genes que influenciam os traços físicos (tom de pele, cor e textura dos cabelos, cor dos olhos, forma do nariz e espessura dos lábios) são completamente dissociados dos genes que influenciam as capacidades cognitivas, o talento artístico e as habilidades sociais.

Segundo Souza e Pereira, a “construção [de raça] baseada em traços fisionômicos (...) é algo que não tem o menor respaldo científico” (15, 2010). Há, no entanto, que se atentar ao fato de que, mesmo assim, é inegável a existência de “raça” como um sistema de classificação social, que hierarquiza e classifica grupos e pessoas a partir de critérios subjetivos (BENTO; CARONE, 2002, 108).

Há, no entanto, em nosso país o mito da democracia racial brasileira, sedimentado no senso comum, que nega a existência do preconceito e do racismo, definindo-os como questões do passado ou já ultrapassadas. O pensamento surge, historicamente, com os estudos de Gilberto Freyre sobre as relações raciais no Brasil. Em 1938, em uma conferência em Lisboa, o autor exaltou as conquistas democráticas no Brasil, a despeito das diferenças raciais:

Há, diante desse problema de importância cada vez maior para os povos modernos – o da mestiçagem, o das relações de europeus com pretos, pardos, amarelos – uma atitude distintamente, tipicamente, caracteristicamente portuguesa, ou melhor, luso-brasileira, luso-asiática, luso-africana, que nos torna uma unidade psicológica e de cultura fundada sobre um dos acontecimentos, talvez se possa dizer, sobre uma das soluções humanas de ordem biológica e ao mesmo tempo social, mais significativas do nosso tempo: a democracia social através da mistura de raças (FREYRE, 1940, 49).

O autor vai além e chega, inclusive, a comparar o avanço da democracia racial brasileira com a democracia política suíça, como fica claro no trecho abaixo:

O que venho sugerindo é ter sido quase sempre, e continuar a ser, esse preconceito[,] mínimo entre portugueses (...) e brasileiros, quando comparado com as suas formas cruas em vigor entre europeus e entre outros grupos. O que daria ao Brasil o direito de considerar-se democracia étnica como a Suíça se considera – e é considerada – avançada democracia política, a despeito do fato, salientado já por mais de um observador, de haver entre os suíços não raros seguidores de (...) idéias políticas de antidemocracia (FREYRE in RIBEIRO, 1956, 21-22).



Segundo essa linha de pensamento, configura-se a ideia do Brasil como um país onde a cor da pele não é um fator determinante nas relações sociais. Cria-se o imaginário de um Brasil constituído de uma sociedade miscigenada e, portanto, sem preconceitos, estigmas e discriminações raciais, com todos os homens iguais perante a lei.

Nesse contexto, a argumentação que defende a igualdade entre brancos e negros afirma que o cruzamento inter-racial que ocorreu na história do país, levando à mestiçagem, teria diluído os conflitos e criado uma nação onde diferentes raças coexistem pacificamente. Assim, assevera que o preconceito no Brasil é social, e que suas vítimas são os pobres, não os negros. Ou, ainda segundo essa lógica, reclama o discurso da igualdade de possibilidades para todos, base da filosofia liberal. De acordo com ele, vivemos em uma sociedade democrática fundada na igualdade civil entre homens e mulheres, que têm liberdade de escolha, de expressão e de credo. Dessa forma, todos teríamos à nossa volta um espectro de possibilidades iguais de desenvolvimento socioeconômico, de modo que cada um seria responsável por seu próprio sucesso.

É necessário, então, fazer algumas colocações. Em primeiro lugar, é fato que em nosso país a própria pobreza tem cor, só não parece ser conveniente considerá-la. Segundo o Relatório das Desigualdades Raciais no Brasil, em 2006 pretos e pardos correspondiam a 69,8% da população brasileira abaixo da linha da pobreza, de acordo com dados do IBGE. Outro exemplo, analisado por Paixão (2003), mostra que, só em São Paulo, a porcentagem de brancos que se encontra abaixo da linha da pobreza é de 26% – quase a metade dos negros, que representam 47,4%. Além disso, enquanto a renda per capita de um indivíduo negro é em média de R\$246,06, a de um branco é de R\$507,07 – mais que o dobro.

Além disso, como apontam Netto e Braz (2010), é preciso entender que o sistema capitalista em vigor hoje no Brasil e no mundo não oferece iguais possibilidades para todos, o que invalida a premissa assinalada. Os dois autores, baseados na lei geral da acumulação capitalista formulada por Marx, observam que “desde a constituição da base urbano-industrial da sociedade capitalista, o que tem resultado da acumulação é, simultaneamente, um enorme crescimento da riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza” (2010, p. 137). Ao mesmo tempo, explicitam também a necessidade do desemprego para o funcionamento do capitalismo, com a formação de um exército de mão de obra de reserva (2010, p. 132).



Nesse contexto de inerência da pobreza e do desemprego, é extremamente improvável que aqueles que sofrem carências de infra-estrutura logrem mobilidade social, visto que terão acesso à educação, por exemplo, de forma defasada. E, uma vez que não há igualdade de possibilidades para todos, negar a existência do racismo defendendo a igualdade civil é crer na existência de uma sociedade baseada em um sistema meritocrático, no qual apenas não logram sucesso aqueles que não batalham o suficiente para “crescer na vida” (BENTO, 2002).

Delegando, pois, ao mérito pessoal de cada um seu próprio sucesso, culpam-se os próprios negros por sua condição desfavorável. A partir daí, como explica Bento (2002, 48), abre-se a possibilidade de que eles sejam estereotipados como incapazes ou vagabundos por não superarem as circunstâncias de carência nas quais estão inseridos.

A questão é que, mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que pode ser comprovado em situações cotidianas como a busca por empregos assalariados mal remunerados, entre outros. E é por isso que, a despeito da inexistência da raça como conceito científico, julgamos importante trabalhá-la como uma categoria social, uma vez que ela traz efeitos reais para homens, mulheres e crianças diariamente.

Com base em análises quantitativas relativas às diferenças entre brancos e negros na vida profissional, o economista Pedro Chadarevian encontra dados que denotam desproporção similar à encontrada por Paixão (2003), e afirma que

pode, a princípio, parecer tratar-se de um reducionismo; mas a ausência de não brancos em cargos de direção e de altos salários é sempre apontada como um dos sinais mais evidentes da existência de discriminação e racismo em uma sociedade. Além disso, é nesta faixa da estrutura ocupacional, formada pelos administradores, gerentes e profissionais liberais, que se encontram as classes que mais se aproximam da propriedade dos meios de produção (e de informação), e que garantem a reprodução material (e ideológica) de uma sociedade capitalista (2011, 292).

Em outras palavras, torna-se, então, muito difícil a reversão desse quadro por parte dos negros e não brancos, uma vez que é a elite branca – naturalmente conservadora – que se encontra no comando de importantes polos de poder simbólico, como os canais de televisão, como veremos mais adiante. Antes, no entanto, cabe fazer um breve histórico sobre o racismo brasileiro.

3. Raça e racismo no Brasil



Para Sodré, não é coincidência o fato de a exasperação do racismo no Ocidente coincidir com o fortalecimento dos impérios coloniais. Ele enxerga o preconceito como uma forma de “manipulação de diferenças” (79, 1999), que serve aos interesses coloniais: subjugar o outro, o dominado, impedindo-o de galgar posições superiores para legitimar-se. Assim, o racismo surge a partir de um interesse de uma determinada população – no caso, a europeia – em demarcar os privilégios e direitos de sua classe em contraposição às privações e aos deveres de outra. Daí a importância do racismo na eleição desse *outro* que será marginalizado.

No Brasil, até a independência, a escravidão cristalizava o racismo como sistema social e econômico. Se pensamos o trabalho como categoria fundante da sociedade, no qual o homem transforma a natureza agregando-lhe valor e, portanto, gerando riqueza, perceberemos então que foi o trabalho dos negros que, em nosso país, produziu a maior parte da riqueza durante quase quatro quintos da história nacional. Essa riqueza, no entanto, foi completamente apropriada por uma classe opressora que necessitava o racismo para garantir seus privilégios (BENTO, 2002).

A abolição da escravidão, em 1888, não aconteceu por causa de um sentimento humanista da elite brasileira para com os negros escravizados. O fim da escravidão veio por conta de uma necessidade econômica, ligada à consolidação do capitalismo industrial florescente no mundo ocidental depois da cristalização das revoluções burguesas. Na nova lógica, o escravismo perde o sentido porque se torna um empecilho para o novo modo de produção, que entende que o pagamento de salários, além de evitar revoltas e aumentar a produtividade, criaria um mercado consumidor bastante significativo. Além disso, como aponta Lilia Schwarcz,

a partir desse período [década de 1870] começam a ocorrer fugas em massa, que acabam por desorganizar o trabalho agrícola, forçando aos poucos os fazendeiros (basicamente os da região do Oeste paulista) a aceitarem a abolição como fato inevitável e até mesmo desejável para o estabelecimento da ordem e a continuidade da produção (1987, 37).

A abolição tornou-se importante também como uma defesa branca frente aos possíveis efeitos de uma insurgência negra generalizada, a exemplo do que ocorrera no Haiti⁵. Com a entrada dos ideais burgueses abolicionistas no país e com a eclosão de

⁵ Em 1791, sob o impacto do ideal revolucionário francês, a população negra escrava do Haiti – à época Ilha de São Domingos – se rebelou contra elite branca local em um conflito brutal que exterminou a população branca e, em 1804, culminou com a vitória dos haitianos.



revoltas escravas em alguns pontos do território nacional⁶, ainda que sem um movimento único organizado, parecia mais seguro levar a cabo uma forma diferente de segregação. Diz Sodré que

o abolicionismo da elite branca fazia o trânsito histórico do racismo de dominação para o de exclusão: o homem concreto, o povo, seria socialmente discriminado, excluído, mas formalmente realocado num padrão culto de inspiração europeia (79, 1999).

A análise da própria campanha da abolição, como revela Schwarcz, já mostra esse processo de exclusão, já que “não havia um maior entrosamento entre os rebeldes negros e os abolicionistas, sendo que a própria propaganda abolicionista não se dirigia aos escravos, que tendiam a ser considerados bárbaros, incapazes de exercer ações políticas” (1987, 37).

O interesse em manter a população negra como subalterna fica claro ainda na ausência de uma política pública ou de um projeto de governo para dar suporte aos escravos libertos (SODRÉ, 1999; SCHWARCZ, 1987). Depois de quase quatro séculos de opressão, não haveria nenhum tipo de compensação para que aquela parcela da população se adequasse, de fato, ao corpo social.

Vemos, então, no momento posterior à abolição, um esforço discursivo e cultural voltado ao branqueamento da população. Materializado nas políticas de incentivo à imigração de europeus – principalmente alemães e italianos –, o pensamento era sustentado por uma ciência que institucionalizou o racismo.

(...) antes do clímax da abolição da escravidão no Brasil, a maior parte da elite pouca atenção dava ao problema da raça em si. (...) o pensamento racial teve seu auge entre 1890 e 1920, quando as ideias de hierarquização das raças e da superioridade da raça branca adquirem foros de legitimidade científica. (...) a elite intelectual brasileira absorveu as teorias deterministas europeias, tomando-as como doutrinas explicativas acabadas para a realidade do país (SCHWARCZ, 1987, 39).

Tal ciência reduzia o negro ao natural, como se suas características apontadas – preguiçosos, perigosos, raivosos, sexualizados etc. – fossem biologicamente determinadas. Como analisa Hall, há uma redução da cultura dos negros à Natureza.

⁶ Citam-se como exemplos: a revolta dos Malês, de 1837, comandada por negros de orientação religiosa islâmica na Bahia; e a quilombagem, movimento negro cujo representante mais conhecido é Zumbi dos Palmares, que comandou uma série de insurreições ao longo do século XVII. O movimento da quilombagem, no entanto, continuou existindo enquanto fenômeno político, social e cultural após sua morte.



Se as diferenças, entre pessoas negras e brancas são ‘culturais’, então elas estão abertas a modificações e mudanças. Mas se elas são ‘naturais’ – como os senhores de escravos acreditavam – então elas estão para além da história, permanentes e fixas. ‘Naturalização’ é portanto uma estratégia representacional designada para fixar ‘diferença’ e assim assegurá-la para sempre (1997, 245).⁷

Posteriormente, ainda segundo Sodré (1999), a ideologia da ausência de conflitos raciais vem, então, para dar conta da necessidade da elite, para conservar-se no poder, de um discurso conciliatório de unidade étnica nacional. Daí o fervor do branqueamento da população por meio da mestiçagem. O mestiço, por conta de sua proximidade física com o europeu, historicamente considerado superior pela elite branca, era o menor dos males.

4. Uma sociedade racista: mídia e mediação

O que diferencia a natureza humana dos outros animais é o fato de que somos seres essencialmente de palavra e memória. A Bíblia, por exemplo, é um relato fictício, e não no sentido de falso, mas no de uma narrativa de criação de identidade e de sentidos éticos e morais. E assim são também os Meios de Comunicação, a História e o Cinema, ainda que cada um com sua especificidade – formas que encontramos de contar nossa própria existência, de criar nosso próprio reflexo, nossos relatos.

Nesse contexto, entendemos a mídia como um sistema de mediação, sendo o conceito de *mediação* justamente o oposto a tudo aquilo que é *imediato*. Entende-se, assim, por sistemas de mediação, todas as instituições sociais que têm o poder de elaborar padrões de comportamentos sociais a partir de conceitos de normalidade e anormalidade, o que é importante para levar, entre os membros de uma mesma sociedade, à tendência de ocorrência de reações comuns entre os sujeitos quando, na realidade, o que existe é uma vasta gama de possibilidades⁸. São exemplos de sistemas de mediação, portanto, a Escola, a Família e – o que mais nos interessa neste trabalho – a Mídia. Diz van Dijk que

as empresas de comunicação e seus (geralmente estrangeiros) proprietários controlam tanto as condições financeiras quanto as tecnológicas de produção do

⁷ Tradução do autor.

⁸ Não se deseja aqui atribuir à noção de *ordem* uma conotação negativa. Como analisa van Dijk, “a sociedade não funcionaria se não houvesse ordem, controle, relações de peso e contrapeso, sem as muitas relações legítimas de poder” (2010, 27). O problema reside no *abuso* desse poder, isto é, “nas formas de dominação que resultam em desigualdade e injustiça sociais” (2010, 10), favorecendo os interesses daqueles que detêm esse poder.



discurso, por exemplo, nos jornais, nas TVs, no mercado editorial, bem como nas indústrias de telecomunicações e informática. Por meio de investimentos seletivos, controle orçamentário, contratação (e demissão) de pessoal, e algumas vezes por meio da influência editorial direta ou diretrizes, eles podem controlar parcialmente o conteúdo ou ao menos a dimensão do consenso e dissenso da maior parte das formas de discurso público (2008, 45).

Os meios de comunicação têm em mãos, portanto, a capacidade de criar consensos sociais sobre determinadas questões, já que mensagens culturais amplamente difundidas formam a denominada cultura. Mediadores do que podemos chamar de esfera pública, são, em primeiro lugar, fomentadores de discursos na sociedade. Em outras palavras, sem negar as possibilidades de resistência, van Dijk (2008) explica que a influência estrutural implica o desenvolvimento de uma base seletiva de conhecimento, metas, normas e valores compartilhados socialmente, além de moldes de interpretação baseados nela.

De acordo com Ribeiro (2003), são os meios de comunicação que selecionam, dentre todas as vozes sociais, aquelas que merecem o status de *memorável* promovido por eles. Assim, observamos que a mídia opera sob uma lógica de fazer ver e dizer, distribuindo o visível e o invisível, fazendo aparecer ou não-aparecer o objeto que não existiria fora dessa luz. Por isso, devemos buscar objetos e sujeitos, mas regimes de constituição de sujeitos e objetos. É nosso objetivo neste trabalho, portanto, analisar os regimes de constituição da identidade negra em um grande produto midiático brasileiro, que é a telenovela.

5. “Fina estampa” e a representação da identidade negra

Com o objetivo, então, de compreender melhor a linha teórica traçada até aqui, faremos uma breve análise da representação da identidade negra na antiga novela das nove da Rede Globo, “Fina Estampa”. Escolhemos o folhetim como nosso objeto de estudo, em primeiro lugar, porque acreditamos que a telenovela é um produto midiático ícone da televisão brasileira. Além disso, é importante também o fato de ser a teledramaturgia um produto que trabalha constantemente com a noção de verossimilhança, estimulando em sua relação com o telespectador um processo de identificação projetiva.

Em sua análise sobre os gêneros de discurso e poder, van Dijk assinala “várias modalidades de narrativas por vezes comuns e, portanto, possivelmente influentes, tais como romances ou filmes, [que] podem descrever a carga (in)desejável de ações futuras



e podem recorrer a uma retórica com apelos dramáticos ou emocionais”. E é justamente aí que podemos inserir a teledramaturgia como produto midiático.

Justificamos também a escolha da Rede Globo pelo fato de que ela é, hoje, a emissora cujos conteúdos estão presentes em quase todo território nacional, além de ser a líder absoluta em audiência: entre 2009 e 2010, por exemplo, a emissora alcançou 19 pontos na média diária de audiência domiciliar, contra 15 pontos da soma entre a segunda e a terceira colocadas⁹.

Já com relação à “Fina Estampa”, nossa escolha se deu porque, dentro das novelas presentes na grade à época da análise, era a de maior audiência. Foi, inclusive, o programa mais assistido de toda a programação da emissora no Rio de Janeiro e em São Paulo nas semanas entre os dias 05 e 18 de setembro de 2011¹⁰, período que precedeu a semana que utilizamos para fazer este estudo¹¹.

A novela contou, ao todo, com 75 personagens, dos quais apenas quatro eram negros ou pardos¹². Esse dado, por si só, já é problemático, uma vez que parece não fazer sentido que na história cerca de 5% do elenco seja negro, enquanto na sociedade brasileira a população não branca corresponda a *pelo menos* 45,7% da população¹³.

Caracterizando mais densamente cada uma das personagens, podemos encontrar outros pontos interessantes ao nosso estudo. Uma delas é Dogmar dos Anjos, interpretada por Cris Vianna, que trabalhava como cozinheira em um botequim. Nas poucas cenas em que apareceu, estava quase sempre na cozinha – seu local de trabalho, muitas das vezes sendo assediada pelo patrão, um português branco.

Moradora de uma favela, Dogmar criou dois filhos sem a presença do pai. Um deles, Leandro (vivido por Rodrigo Simas) é branco e, apesar de não contabilizado por nós no quadro do elenco negro, ocupa um lugar simbolicamente negro, já que é filho de Dogmar. Ele está se envolvendo no mundo do crime, enquanto é dissuadido por seu

⁹ Dados da página do setor comercial da Rede Globo (Globo Rio). Disponível em <www.comercial2.redeglobo.com.br>. Acessado em 26 set. 2011.

¹⁰ Dados do “Almanaque Ibope”. Disponível em <www.almanaqueibope.com.br>. Acessado em 26 set. 2011.

¹¹ No período entre os dias 21 e 27 de setembro, analisamos criteriosamente os capítulos de “Fina Estampa”. Isso não significa, no entanto, que a análise seja descontextualizada do resto da trama, uma vez que a novela já era acompanhada pelos autores desde antes dessa data. A seleção desta semana serviu apenas como amostra para que pudéssemos acompanhar formal e quantitativamente a presença do núcleo negro na trama.

¹² O número se refere à lista de personagens apresentada no site da novela. De qualquer forma, em nossa análise, atentamos também aos figurantes (porteiro, motorista, garçom etc.), mas todos eles eram, também, brancos.

¹³ Falamos em pelo menos 45,7% porque tal número se refere à autoclassificação dos entrevistados, o que, num contexto de imperativo do branqueamento, pode significar um número bem inferior à realidade. Foram consideradas por nós como não brancos as categorias morena, parda, negra, morena clara, preta, mulata e mestiça. Fonte: IBGE, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População (2008). Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual por cor ou raça, nas 14 categorias mais frequentes, segundo as Unidades da Federação selecionadas. Disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/default_raciais.shtm>. Acesso em: 29 set. 2011.



irmão negro. Este último, Leonardo (interpretado por Vitor Lucas), se insere no estereótipo do pobre honesto e de bom caráter e é o personagem negro de maior destaque da novela, principalmente por conta de sua amizade com o filho da família protagonista, composta por personagens brancos, ricos e bem sucedidos. Leonardo sonha em ser “doutor” e dar uma vida melhor para sua mãe. Em seus diálogos, aparece uma grande vontade de superação e, muitas vezes, um tom heróico está associado à sua relação com o irmão em vias de tornar-se ladrão.

Outra personagem negra era Zilá, vivida por Rosa Marua Collyn. Fabricava cremes e produtos de estética naturais e morava em uma pousada hippie. No meio da trama, porém, morreu numa floresta e deixou um livro “mágico” para a personagem da atriz Sophie Charlotte. Observamos, nesse caso, uma nova esterotipação, visto que é também frequente o lugar do negro no campo do esoterismo e da espiritualidade, do exótico e do extraordinário.

Por fim, o último dos personagens negros é Advaldo, interpretado por Rafael Zulu. É um homem bonito, cheio de simpatia e carisma. Trabalha como mecânico em uma oficina, possui poucas cenas e não tem relevância na trama, isto é, suas cenas não tem nenhuma função ou relação com a história principal da novela.

Entre os dias 21 e 27 de setembro, o que corresponde a seis capítulos da novela, os personagens negros apareceram somente em seis cenas, distribuídas em três dias. Nessa semana: Advaldo propôs tomar um chopp com os amigos no final do expediente da oficina; o mesmo personagem disse acreditar nos relatos paranormais descritos pela personagem de Sophie Charlotte decorrentes do episódio do livro mágico; Dogmar flertou com Quinzé, branco, elogiando-o; e a mesma personagem comentou com o patrão, em outro dia, que viu Quinzé correndo na praia.

Além disso, de mais expressivo, há a cena em que Leonardo obriga Leandro a devolver os cachorros que ele roubou para depois pedir resgate em dinheiro de uma personagem rica e branca. E outra cena na qual Leonardo aparece, descontraído, se divertindo com seu amigo branco e rico na internet, recursos dos quais ele não dispunha.

Fica evidente, portanto, que em “Fina Estampa” os poucos negros, além de pertencerem exclusivamente ao núcleo pobre da novela, não possuem papéis importantes a ponto de fazerem parte de trama central. São personagens coadjuvantes, com poucas ou nenhuma fala de relevância e que poderiam ser facilmente excluídos da história sem que o público notasse ou que a trama se alterasse. Além disso, destacamos



também a ausência de negros entre os atores como sintoma da falta de igualdade, do racismo e da exclusão de visibilidade existentes hoje em nossa sociedade.

6. Considerações finais

Embora atores de pele negra façam parte da teledramaturgia brasileira desde seu início, sua imagem sempre foi estereotipada. Frequentemente percebe-se o negro em papéis de pessoas em situação de inferioridade social e cultural, como o cozinheiro, a empregada, o garçom, o motorista da madame etc. Ou então, aparece como o malandro cheio de ginga e samba no pé, às vezes sexualizado, que no meio de tanta graça e cativo esconde uma imagem de desleixo, vagabundagem e falta de responsabilidade. Segundo van Dijk,

essas estruturas de significado são uma função das representações mentais subjacentes que simplesmente retratam eventos étnicos e grupos étnicos daquela maneira. Essas representações podem ser modelos mentais pessoais *ad hoc* com opiniões pessoais, mas também podem ser estereótipos, preconceitos e ideologias amplamente compartilhados (2008, 147).

A ausência do negro na TV – ou, quando aparece, sua imagem subalterna – é consequência de um preconceito racial gerado historicamente, como vimos, pelo alijamento social das populações negras dos acontecimentos políticos, econômicos e culturais país. Mesmo hoje em dia, em que muitos clamam um grande avanço na questão racial, vemos que os negros continuam vivendo as mesmas compulsões desagregadoras de uma autoimagem depreciativa, gerada por uma identidade racial negativa e reforçada pela indústria cultural brasileira.

É claro que negros, recentemente, já apareceram até mesmo como protagonistas de novelas – mas sempre com uma identidade branqueada ou estereotipada. Isso acontece porque existe uma construção de um ideal de “branquitude”, no qual as imagens dominantes reforçam os traços brancos como o ideal de ser dos brasileiros – e consequentemente dos galãs e mocinhas das tramas. Apesar do Brasil ser o país das “lindas mulatas” – outro estereótipo sexualizado –, nossa diversidade racial e cultural transforma-se, no caso das telenovelas, no paradoxo de um Brasil desejavelmente branco, o que significa uma negação da positividade da diversidade sociocultural brasileira. E sem a garantia de expressão a todas as vozes sociais, a pluralidade e a diversidade de ideias que existem na sociedade não circulam. E, assim, não há democracia.



Mesmo com todo o processo de marginalização, opressão e dominação a que foram submetidos os negros, ainda há muita resistência no Brasil contra políticas públicas compensatórias que vem se delineando nos últimos anos. Reside aí, então, o papel do movimento negro, como possível agente transformador dessa realidade, junto a setores esclarecidos dos meios políticos e acadêmicos.

De qualquer forma, é preciso entender que o sistema capitalista vigente ao redor do mundo necessita da criação de *outros*, que serão sempre subjugados e marginalizados. A vitória do movimento negro não significará o fim das opressões. Isto, apenas uma real transformação política e econômica da sociedade poderá trazer – e, em nossa opinião, ela jamais poderá ser encontrada num capitalismo humanizado, mas na proposição de uma distribuição socializada das riquezas globalmente produzidas. Só aí, então, alcançaremos a real libertação do homem.

Referências bibliográficas

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In. BENTO, M. A. S. e CARONE, I. (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.**

CHADAREVIAN, Pedro C. Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho. **Revista de Economia Política: São Paulo**, 2011, vol.31, n.2, pp. 283-304.

FREYRE, G. **O mundo que o português criou.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.

_____. Prefácio. In RIBEIRO, R. **Religião e Relações Raciais.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa: São Paulo**, 2003, vol. 29, n. 1, pp. 93-107.

HALL, S. *The spectacle of the “other”*. In. _____. (ed.). **Representation: cultural representations and signifying practices.** London: Sage, 1997.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2010.

PAIXÃO, M. **Desigualdades raciais no estado de São Paulo: um panorama através dos indicadores do Censo 2000.** Disponível em: <http://www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/nota_06.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2011.



PAIXÃO, M.; CARVANO, L. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007-2008**. Disponível em: <http://www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/RDR_2007-2008_pt.zip>. Acesso em: 16 jun. 2011.

PARRA, F. et al. *Color and genomic ancestry in Brazilians*. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/100/1/177>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

RIBEIRO, A. P. G. A mídia e o lugar da história. In. HERSCHMANN, M. e PEREIRA, C. A. M. (Org.). **Mídia, memória e celebridades**: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

SCHWARCZ, L. M. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SODRÉ, M. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, G.; PEREIRA, T. **Raça e desempenho esportivo**: uma postura crítica sobre a ciência. Originalmente apresentado como trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In. BENTO, M. A. S. e CARONE, I. (Org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.

VAN DIJK, T. **Discurso e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.